03
NÚMERO
5
RUBRICA

PROJETO DE LEI 161/2017

"INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PMAS) E O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS (SUAS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, **GILBERTO DOS PASSOS**, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

CAPÍTULO I
DAS DEFINIÇÕES E DOS OBJETIVOS

SEÇÃO I
DAS DEFINIÇÕES

Art. 1° - Esta Lei institui a Política Municipal de Assistência Social - PMAS e o Sistema Único de Assistência Social de Canoinhas - SUAS/Canoinhas com a finalidade de garantir o acesso aos direitos socioassistenciais previstos em Lei, destinados aos usuários da Assistência Social residentes em Canoinhas, tendo o Município, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS a responsabilidade por sua implementação e coordenação, articulando os serviços, programas, projetos e benefícios da rede socioassistencial pública e privada de Canoinhas.

§ 1° - Considera-se rede socioassistencial o conjunto integrado da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social mediante articulação entre todas as unidades de provisão do SUAS.

§ 2° - A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é uma política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade civil, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

§ 3° - O SUAS/Canoinhas organiza-se com base nos objetivos e princípios da Lei Federal n° 8.742/1993 (LOAS) que dispõe sobre a organização da Assistência

Social, da Política Nacional de Assistência Social em (PNAS/2004), da Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS), da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS) e demais normativas emanadas da União, do Estado e do Município, que regulamentam e orientam o SUAS no país.

Art. 2° - As ações das três esferas de governo na área da assistência social realizam-se de forma articulada, cabendo à coordenação e as normas gerais à esfera Federal e a coordenação e execução dos serviços, programas, projetos e benefícios em suas respectivas esferas, aos Estados e aos Municípios.

Art. 3° - O Órgão Gestor Municipal da Assistência Social deve destinar recursos financeiros para a área, compor os quadros de trabalhadores do SUAS, por meio da realização de concursos públicos.

Art. 4° - A regulamentação desta Lei instituirá posteriormente o Plano de Carreira, Cargos e Salários - PCCS, seguindo normativas federais que envolvam os/as trabalhadores/as do SUAS, desenvolvido pelos órgãos gestores e executores dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais da administração pública na área da Assistência Social.

Parágrafo Único - O PCCS adequar-se-á periodicamente as necessidades, a dinâmica e ao funcionamento do SUAS.

Art. 5° - A Política Pública de Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. Tem sua atuação pautada no atendimento à população com maiores índices de vulnerabilidade e situações de violação de direitos, com o objetivo de:

I - prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e/ou especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem;
II - contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural;
III - assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária.

SEÇÃO II
DOS OBJETIVOS

Art. 6º - A Assistência Social tem por objetivos:

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos;
II - a vigilância socioassistencial, que visa analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;
III - a defesa de direitos, que visa garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS, DAS DIRETRIZES, DAS SEGURANÇAS E DA GARANTIA DE PROTEÇÃO

SEÇÃO I
DOS PRINCÍPIOS

Art. 7º - A Assistência Social rege-se pelos seguintes princípios:

I - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
II - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
III - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
IV - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
V - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Art. 8º - São princípios para a oferta da proteção socioassistencial no SUAS:

I - defesa incondicional da liberdade, da dignidade da pessoa humana, da privacidade, da cidadania, da integridade física, moral e psicológica e dos direitos socioassistenciais;
II - defesa do protagonismo e da autonomia dos usuários e a recusa de práticas de caráter clientelista, vexatório ou com intuito de benesse ou ajuda;

06
NÚMERO
5
RÚBRICA

III - oferta de serviços, programas, projetos e benefícios públicos gratuitos com qualidade e continuidade, que garantam a oportunidade de convívio para o fortalecimento de laços familiares e sociais;
IV - garantia da laicidade na relação entre o cidadão e o Estado na prestação e divulgação das ações do SUAS;
V - respeito à pluralidade e diversidade cultural, socioeconômica, política e religiosa.

SEÇÃO II
DAS DIRETRIZES

Art. 9º - A organização da assistência social tem como base as seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo;
II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
III - primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo;
IV - centralidade na família para concepção e implementação dos serviços, programas, projetos e benefícios.

SEÇÃO III
DAS SEGURANÇAS

Art. 10 - Entende-se por seguranças afiançadas pelo SUAS:

I - acolhida: provida por meio da oferta pública de espaços e serviços para a realização da proteção social básica e especial, devendo as instalações físicas e a ação profissional conter:
a) condições de recepção;
b) escuta profissional qualificada;
c) informação;
d) referência;
e) concessão de benefícios;
f) aquisições materiais e sociais;
g) abordagem em territórios de incidência de situações de risco;
h) oferta de uma rede de serviços e de locais de permanência de indivíduos e famílias sob curta, média e longa permanência.

II - renda: operada por meio da concessão de auxílios financeiros e da concessão de benefícios continuados, nos termos da Lei, para cidadãos não incluídos no sistema contributivo de proteção social, que apresentem vulnerabilidades decorrentes do ciclo de vida e/ou incapacidade para a vida independente e para o trabalho;

III - convívio ou vivência familiar, comunitária e social: exige a oferta pública de rede continuada de serviços que garantam oportunidades e ação profissional para:

a) a construção, restauração e o fortalecimento de laços de pertencimento, de natureza geracional, intergeracional, familiar, de vizinhança e interesses comuns societários;

b) o exercício capacitador e qualificador de vínculos sociais e de projetos pessoais e sociais de vida em sociedade.

IV - desenvolvimento de autonomia: exige ações profissionais e sociais para:

a) o desenvolvimento de capacidades e habilidades para o exercício do protagonismo, da cidadania;

b) a conquista de melhores graus de liberdade, respeito à dignidade humana, protagonismo e certeza de proteção social para o cidadão, a família e a sociedade;

c) conquista de maior grau de independência pessoal e qualidade, nos laços sociais, para os cidadãos sob contingências e vicissitudes.

V - apoio e auxílio: quando sob riscos circunstanciais, exige a oferta de auxílios em bens materiais e em pecúnia, em caráter transitório, denominados de benefícios eventuais para as famílias, seus membros e indivíduos.

SEÇÃO IV
DA GARANTIA DE PROTEÇÃO

Art. 11 - A garantia de proteção socioassistencial compreende:

I - precedência da proteção social básica, com o objetivo de prevenir situações de risco social e pessoal;

II - não submissão do usuário a situações de subalternização;

III - desenvolvimento de oferta de serviços e benefícios que favoreçam aos usuários do SUAS a autonomia, resiliência, sustentabilidade, protagonismo, acesso a oportunidades, condições de convívio e socialização, de acordo com sua capacidade, dignidade e projeto pessoal e social;

IV - dimensão proativa que compreende a intervenção planejada e sistemática para o alcance dos objetivos do SUAS com absoluta primazia da responsabilidade estatal na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo;
V - reafirmação da assistência social como política de seguridade social e a importância da intersetorialidade com as demais políticas públicas para a efetivação da proteção social.

CAPITULO III
DAS RESPONSABILIDADES

Art. 12 - Compete ao Município de Canoinhas, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS:

I - destinar recursos financeiros para custeio dos benefícios eventuais de que tratam o art. 22, da Lei Federal nº 8742, de 1993, mediante critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social;
II - efetuar o pagamento do auxílio-natalidade e o auxílio-funeral;
III - executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil;
IV - atender às ações socioassistenciais de caráter de emergência;
V - prestar os serviços socioassistenciais de que trata o art. 23, da Lei Federal nº 8742, de 7 de Dezembro de 1993, e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;
VI - implantar:
a) a vigilância socioassistencial no âmbito municipal, visando ao planejamento e à oferta qualificada de serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais;
b) sistema de informação, acompanhamento, monitoramento e avaliação para promover o aprimoramento, qualificação e integração contínuos dos serviços da rede socioassistencial, conforme Pacto de Aprimoramento do SUAS e Plano de Assistência Social
VII - regulamentar:
a) e coordenar a formulação e a implementação da Política Municipal de Assistência Social, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social e com a Política Estadual de Assistência Social, observando as deliberações das

conferências nacional, estadual e municipal de assistência social e as deliberações de competência do Conselho Municipal de Assistência Social;

b) os benefícios eventuais em consonância com as deliberações do Conselho Municipal de Assistência Social;

VIII - cofinanciar:

a) o aprimoramento da gestão e dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, em âmbito local;

b) em conjunto com a esfera federal e estadual, a Política Nacional de Educação Permanente, com base nos princípios da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS, coordenando-a e executando-a em seu âmbito.

IX - realizar:

a) o monitoramento e a avaliação da política de assistência social em seu âmbito;

b) a gestão local do Benefício de Prestação Continuada - BPC, garantindo aos seus beneficiários e famílias o acesso aos serviços, programas e projetos da rede socioassistencial;

c) em conjunto com o Conselho de Assistência Social, as conferências de assistência social;

X - gerir:

a) de forma integrada, os serviços, benefícios e programas de transferência de renda de sua competência;

b) o Fundo Municipal de Assistência Social;

c) no âmbito Municipal, o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e o Programa Bolsa Família, nos termos do §1° do art. 8° da Lei n° 10.836, de 2004;

XI - organizar:

a) a oferta de serviços de forma territorializada, em áreas de maior vulnerabilidade e risco, de acordo com o diagnóstico socioterritorial;

b) e monitorar a rede de serviços da proteção social básica e especial, articulando as ofertas;

c) e coordenar o SUAS em seu âmbito, observando as deliberações e pactuações de suas respectivas instâncias, normatizando e regulando a política de assistência social em seu âmbito em consonância com as normas gerais da União.

XII - elaborar:

a) a proposta orçamentária da assistência social no Município, assegurando recursos do tesouro municipal;

b) e submeter ao Conselho Municipal de Assistência Social, anualmente, a proposta orçamentária dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;

c) e cumprir o plano de providências, no caso de pendências e irregularidades do Município junto ao SUAS, aprovado pelo CMAS e pactuado na CIB;

d) e executar o Pacto de Aprimoramento do SUAS, implementando em âmbito municipal; e

e) executar a política de recursos humanos, de acordo com a NOB/RH - SUAS;

f) Plano Municipal de Assistência Social, a partir das responsabilidades e de seu respectivo estágio no aprimoramento da gestão do SUAS e na qualificação dos serviços, conforme patamares e diretrizes pactuadas nas instâncias de pactuação e negociação do SUAS ;

g) e expedir os atos normativos necessários à gestão do FMAS, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo conselho municipal de assistência social;

XIII - aprimorar os equipamentos e serviços socioassistenciais, observando os indicadores de monitoramento e avaliação pactuados;

XIV - alimentar e manter atualizado:

a) o Censo SUAS;

b) o Sistema de Cadastro Nacional de Entidade de Assistência Social – SCNEAS de que trata o inciso XI do art. 19 da Lei Federal nº 8.742, de 1993;

c) conjunto de aplicativos do Sistema de Informação do Sistema Único de Assistência Social – Rede SUAS;

XV - garantir:

a) a infraestrutura necessária ao funcionamento do respectivo conselho municipal de assistência social, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, inclusive com despesas referentes a passagens, translados e diárias de conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições;

b) que a elaboração da peça orçamentária esteja de acordo com o Plano Plurianual, o Plano de Assistência Social e dos compromissos assumidos no Pacto de Aprimoramento do SUAS;

c) a integralidade da proteção socioassistencial à população, primando pela qualificação dos serviços do SUAS, exercendo essa responsabilidade de forma compartilhada entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

d) a capacitação para gestores, trabalhadores, dirigentes de entidades e organizações, usuários e conselheiros de assistência social, além de desenvolver, participar e apoiar a realização de estudos, pesquisas e diagnósticos relacionados à política de assistência social, em especial para fundamentar a análise de

situações de vulnerabilidade e risco dos territórios e o equacionamento da oferta de serviços em conformidade com a tipificação nacional;

e) o comando único das ações do SUAS pelo órgão gestor da política de assistência social, conforme preconiza a LOAS;

XVI - definir:

a) os fluxos de referência e contrarreferência do atendimento nos serviços socioassistenciais, com respeito às diversidades em todas as suas formas;

b) os indicadores necessários ao processo de acompanhamento, monitoramento e avaliação, observado a suas competências.

XVII - implementar:

a) os protocolos pactuados na CIT;

b) a gestão do trabalho e a educação permanente.

XVIII - promover:

a) a integração da política municipal de assistência social com outros sistemas públicos que fazem interface com o SUAS;

b) articulação intersetorial do SUAS com as demais políticas públicas e Sistema de Garantia de Direitos e Sistema de Justiça;

c) a participação da sociedade, especialmente dos usuários, na elaboração da política de assistência social;

XIX - assumir as atribuições, no que lhe couber, no processo de municipalização dos serviços de proteção social básica;

XX - prestar informações que subsidiem o acompanhamento estadual e federal da gestão municipal;

XXI – zelar pela execução direta ou indireta dos recursos transferidos pela União e pelos estados ao Município, inclusive no que tange a prestação de contas;

XXII - assessorar as entidades de assistência social visando à adequação dos seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais às normas do SUAS, viabilizando estratégias e mecanismos de organização para aferir o pertencimento à rede socioassistencial, em âmbito local, de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais ofertados pelas entidades de assistência social de acordo com as normativas federais;

XXIII - acompanhar a execução de parcerias firmadas entre os municípios e as entidades de assistência social e promover a avaliação das prestações de contas;

XXIV - normatizar, em âmbito local, o financiamento integral dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social ofertados pelas entidades vinculadas ao SUAS, conforme § 3° do art. 6°B da Lei Federal n° 8.742, de 1993, e sua regulamentação em âmbito Federal;

XXV - aferir os padrões de qualidade de atendimento, a partir dos indicadores de acompanhamento definidos pelo respectivo Conselho Municipal de Assistência

Social para a qualificação dos serviços e benefícios em consonância com as normas gerais;

XXVI - encaminhar para apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social os relatórios trimestrais e anuais de atividades e de execução físico-financeira a título de prestação de contas;

XXII - compor as instâncias de pactuação e negociação do SUAS;

XXIII - estimular a mobilização e organização dos usuários e trabalhadores do SUAS para a participação nas instâncias de controle social da política de assistência social;

XXIX - instituir o planejamento contínuo e participativo no âmbito da política de assistência social;

XXX - dar publicidade ao dispêndio dos recursos públicos destinados à assistência social.

CAPÍTULO IV
DA GESTÃO DO SUAS/VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL, DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL, DA GESTÃO DO CADASTRO ÚNICO, DA GESTÃO DE PROGRAMAS E DO SETOR ADMINISTRATIVO

SEÇÃO I
DA GESTÃO DO SUAS/VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

Art. 13 - A Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS define sua estrutura como a instituição formal de áreas essenciais/setores: da Gestão do SUAS com competência de Vigilância Socioassistencial, da Proteção Social Básica, da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, da Gestão de Programas e Setor Administrativo como subdivisões no órgão gestor.

Parágrafo Único - As subdivisões administrativas do órgão gestor poderão ser alteradas por Decreto Municipal, conforme exigências normativas e necessidade de reestruturação do órgão gestor.

Art. 14 - Fica criado Setor de Gestão do SUAS com competência de Vigilância Socioassistencial no órgão gestor da Política de Assistência Social.

Art. 15 - A vigilância socioassistencial é um dos instrumentos das proteções da assistência social que identifica e previne as situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território, orientando as intervenções a serem feitas.

SEÇÃO II
DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Art. 16 - Fica criado o Setor da Proteção Social Básica no órgão gestor da Política de Assistência Social.

SEÇÃO III
DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Art. 17 - Fica criado o Setor de Proteção Social Especial no órgão gestor da Política de Assistência Social.

SEÇÃO IV
DA GESTÃO DO CADASTRO ÚNICO

Art. 18 - Fica criado o Setor de Gestão do Cadastro Único no órgão gestor da Política de Assistência Social.

SEÇÃO V
DA GESTÃO DE PROGRAMAS

Art. 19 - Fica criado o Setor de Gestão de Programas no órgão gestor da Política de Assistência Social.

SEÇÃO VI
DO SETOR ADMINISTRATIVO

Art. 20 - Fica criado o Setor Administrativo no órgão gestor da Política de Assistência Social.

14
NÚMERO
RÚBRICA

CAPÍTULO V
DA ORGANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 21 - O Sistema Único de Assistência Social no âmbito do Município de Canoinhas organiza-se pelos seguintes tipos de proteção:

I - proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, por meio de aquisições e do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;
II - proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direitos, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.

Art. 22 - As proteções sociais básica e especial serão ofertadas pela rede socioassistencial, de forma integrada, diretamente pelos entes públicos ou pelas entidades e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS, respeitadas as especificidades de cada serviço, conforme preconiza a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

§ 1º - A vinculação ao SUAS é o reconhecimento pela União, em colaboração com Município, de que a entidade de assistência social integra a rede socioassistencial.

§ 2º - Para o reconhecimento referido no parágrafo anterior, a entidade deverá cumprir os seguintes requisitos:
I - inscrever-se no Conselho Municipal de Assistência Social;
II - integrar o Sistema de Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – CNEAS.

§ 3º - As entidades e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS poderão celebrar Termos de Colaboração ou de Fomento com o poder público, por meio de chamamento público ou sua dispensa conforme regulamentado pela Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para a execução dos serviços, garantindo financiamento nos limites da capacidade instalada, aos benefícios abrangidos por esta Lei, observando-se as disponibilidades orçamentárias.

§ 4º - As demais questões relacionadas ao processo de inscrição e acompanhamento das entidades e organizações de assistência social serão

definidas em resolução do CMAS, conforme normativas e resoluções expedidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

Art. 23 - As proteções sociais, básica e especial, serão ofertadas precipuamente no Centro de Referência de Assistência Social –CRAS e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, respectivamente, e pelas entidades de assistência social.

§ 1º - O CRAS é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias.

§ 2º - O CREAS é a unidade pública de abrangência e gestão municipal, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.

3º - Os CRAS e os CREAS são unidades públicas estatais instituídas no âmbito do SUAS, que possuem interface com as demais políticas públicas e articulam, coordenam e ofertam os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social.

Art. 24 - A implantação das unidades de CRAS e CREAS deve observar as diretrizes da:

I - territorialização - oferta capilar de serviços baseada na lógica da proximidade do cotidiano de vida do cidadão e com o intuito de desenvolver seu caráter preventivo e educativo nos territórios de maior vulnerabilidade e risco social;
II - universalização - a fim de que a proteção social básica seja prestada na totalidade dos territórios do município.

Art. 25 - As unidades públicas estatais instituídas no âmbito do SUAS integram a estrutura administrativa do Município de Canoinhas, quais sejam:

I - CRAS;
II - CREAS;
III - Serviços de Alta Complexidade.

Parágrafo Único - As instalações das unidades públicas estatais devem ser compatíveis com os serviços ofertados, com espaços para trabalhos em grupo e ambientes específicos para recepção e atendimento reservado das famílias e indivíduos, assegurada a acessibilidade às pessoas idosas e com deficiência.

Art. 26 - As ofertas socioassistenciais nas unidades públicas pressupõem a constituição de equipe de referência na forma das Resoluções nº 269, de 13 de dezembro de 2006; nº 17, de 20 de junho de 2011; e nº 9, de 25 de abril de 2014, do CNAS.

Parágrafo Único - O diagnóstico socioterritorial e os dados de Vigilância Socioassistencial são fundamentais para a definição da forma de oferta da proteção social básica e especial.

Art. 27 - A proteção social básica compõe-se dos seguintes serviços socioassistenciais, nos termos da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, sem prejuízo de outros que vierem a ser instituídos:

I - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF;
II - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV;
III - Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.

§ 1º - Outros Serviços de Proteção Social Básica poderão ser instituídos conforme definição do órgão gestor e regulamentados por Decreto Municipal.

§ 2º - O PAIF deve ser ofertado exclusivamente no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

Art. 28 - A proteção social especial compõe-se dos seguintes serviços socioassistenciais, nos termos da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, sem prejuízo de outros que vierem a ser instituídos:

I – Proteção Social Especial de Média Complexidade:

a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI;
b) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida - LA e de Prestação de Serviços à Comunidade - PSC;
c) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias.

§ 1º - Outros Serviços de Média Complexidade poderão ser instituídos conforme definição do órgão gestor e regulamentados por Decreto Municipal.

§ 2º - O PAEFI deve ser ofertado exclusivamente no Centro de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS.

II - Proteção Social Especial de Alta Complexidade:

a) Serviço de Acolhimento Institucional;
b) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

Parágrafo Único - Outros Serviços de Alta Complexidade poderão ser instituídos conforme definição do órgão gestor e regulamentados por Decreto Municipal.

CAPÍTULO VI
DAS ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 29 - Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela Lei Federal nº 8.742, de 1993, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos. As entidades e organizações de assistência social podem ser consideradas isoladas ou cumulativamente:

§ 1º - De atendimento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos às famílias e aos indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, nos termos da Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993, Lei nº 12.435 de 2011, e Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009.

§ 2º - De assessoramento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993, da Lei n. 12.435 de 2011 e respeitadas às deliberações do CNAS.

§ 3º - De defesa e garantia de direitos: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socio-asssistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania,

enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, da Lei nº 12.435, de 2011 e respeitadas as deliberações do CNAS.

Art. 30 - As entidades de assistência social e os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais deverão ser inscritos no Conselho Municipal de Assistência Social para que obtenha a autorização de funcionamento no âmbito da Política Nacional de Assistência Social, observado os parâmetros nacionais de inscrição definidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social.

Art. 31 - Constituem critérios para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais:

I - executar ações de caráter continuado, permanente e planejado;
II - assegurar que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais sejam ofertados na perspectiva da autonomia e garantia de direitos dos usuários;
III - garantir a gratuidade e a universalidade em todos os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;
IV - garantir a existência de processos participativos dos usuários na busca do cumprimento da efetividade na execução de seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

CAPÍTULO VII
DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 32 - O Plano Municipal de Assistência Social é um instrumento de planejamento estratégico que contempla propostas para execução e o monitoramento da política de assistência social no âmbito do Município de Canoinhas.

§ 1º - A elaboração do Plano Municipal de Assistência Social dar-se a cada 04 (quatro) anos, coincidindo com a elaboração do Plano Plurianual e contemplará:

I - diagnóstico socioterritorial;
II - objetivos gerais e específicos;
III - diretrizes e prioridades deliberadas;
IV - ações estratégicas para sua implementação;

NÚMERO 19
RÚBRICA

V - metas estabelecidas;
VI - resultados e impactos esperados;
VII - recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários;
VIII - mecanismos e fontes de financiamento;
IX - indicadores de monitoramento e avaliação; e
X - tempo de execução.

§2º O Plano Municipal de Assistência Social além do estabelecido no parágrafo anterior deverá observar:

I - as deliberações das conferências de assistência social;
II - metas nacionais e estaduais pactuadas que expressam o compromisso para o aprimoramento do SUAS;
III - ações articuladas e intersetoriais.

§ 3º - Anualmente será realizada revisão das metas do Plano pelo órgão gestor e apreciado pelo CMAS para acompanhamento e ajuste das ações a serem cumpridas.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 33 - A presente Lei será regulamentada por Decreto Municipal.

Art. 34 - A partir da presente Lei o Município deverá instituir Lei específica que disporá sobre os cargos e as gratificações para os servidores efetivos que ocuparem a função de Responsáveis pelos Setores na SEMAS e Coordenadores dos Serviços, Programas, Projetos e Benefícios Socioassistenciais.

Art. 35 - A partir da presente Lei o Município deverá instituir Lei específica que disporá sobre o Plano Municipal de Educação Permanente aos Trabalhadores do SUAS.

Art. 36 - A partir da presente Lei o Município deverá instituir Lei específica que disporá sobre a organização e concessão dos benefícios eventuais.

Art. 37 - A partir da presente Lei o Município deverá instituir Lei específica que disporá sobre o Plano de Carreira, Cargos e Salários específico aos trabalhadores da Política de Assistência Social, conforme determinação da NOB-RH/SUAS.

20
NÚMERO
5
RÚBRICA

Art. 38 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 39 - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de setembro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

21
NÚMERO
RÚBRICA

JUSTIFICATIVA

Prezados Senhores, Nobres Vereadores;

A Assistência Social é responsável pelo atendimento socioassistencial nos parâmetros do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, vigente em todo país desde 2004. Em 2005 com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS e da Norma Operacional Básica - NOB/SUAS buscou-se organizar e regulamentar as ações socioassistenciais de forma única. Em 2006 foi aprovada a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos - NOB-RH/SUAS elaborada como "um primeiro esforço nesta área objetivando delinear os principais pontos da gestão pública do trabalho e propor mecanismos reguladores da relação entre gestores e trabalhadores..." (BRASIL, pg. 09, 2006). A NOB-SUAS foi alterada por meio da Resolução nº 33 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, em 12 de dezembro de 2012.

O SUAS foi instituído por alteração da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993) a partir da aprovação da Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011 o qual reordena a oferta dos serviços, preconiza o atendimento aos usuários da Assistência Social nos municípios que deverão ser traduzidas em estratégias de ação, focalizando a família como núcleo alvo das ações. A SEMAS nesta lógica de reordenamento é responsável pela Gestão dos Serviços, Programas e Benefícios Socioassistenciais oferecidos às famílias em situação de vulnerabilidade social no Município de Canoinhas.

Em 2013 o Ministério do Desenvolvimento Social – MDS instituiu o Pacto de Aprimoramento do SUAS com objetivo de aperfeiçoar a gestão da Assistência Social no País, por meio da Resolução nº 13, de 04 de julho de 2013 da Comissão Intergestores Tripartite – CIT, Resolução nº 18, de 15 de julho de 2013 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e a FECAM – Federação Catarinense de Municípios enviou o Comunicado nº 39 com orientações aos Gestores Municipais sobre a Política de Assistência Social e o SUAS. Uma das metas da gestão da Assistência Social nos municípios é a elaboração e aprovação da Lei Municipal que institui a Política de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social – SUAS em nível Federal, Estadual e Municipal.

A partir das normativas citadas justifica-se a presente ação em caráter de urgência, pois o Município de Canoinhas deve cumprir com os requisitos de elaboração e aprovação da referida Lei. Destaca-se que a aprovação da Lei até o mês de dezembro de 2017 é prerrogativa para que o município acesse os recursos Estadual e Federal da Gestão (IGD-PBF e IGD-SUAS), Proteção Social Básica (CRAS e SCFV) e Proteção Social Especial (CREAS/PAEFI, CREAS/MSE, Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias, Serviços de Alta Complexidade) a partir do ano de 2018.

22
NÚMERO
5
RÚBRICA

Diante das razões ora expostas e da importância do tema, requer-se às Vossas Excelências a apreciação da presente matéria e sua consequente aprovação.

Certos de podermos contar com a atenção de Vossas Excelências, nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Canoinhas/SC, 25 de setembro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito